

**ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NA ESTÂNCIA  
HIDROMINERAL DE POÁ, APEP-POÁ**

Edição nº02/2021-Março/Abril

# **ATO UNIFICADO DAS ENTIDADES DO FUNCIONALISMO REÚNE MAIS DE 300 SERVIDORES QUE DIZEM NÃO AO PL 23/2021**



***Mobilização da categoria tem surtido efeito tanto nas ações do legislativo quanto nas do executivo.***

Nesta terça-feira, 13/04/2021, centenas de servidores, seguindo os protocolos sanitários, atenderam ao chamado das entidades e compareceram ao ATO UNIFICADO para protestarem contra a possível inclusão na pauta de votação do PL nº 23/2021, que além de abordar praticamente todos os itens que estavam contidos no PL 18/2021, arquivado em fevereiro sob forte mobilização, também propõe a suspensão do vale alimentação por tempo indeterminado.

O Presidente da APEP, Professor Franklin Nascimento, iniciou o ATO fazendo um breve resumo de toda a situação, inclusive sobre as tratativas com o governo municipal, sendo que os representantes das demais entidades e servidores presentes complementaram a fala contestando as alegações do executivo que afirma que as contas do município entrarão em colapso caso o PL não seja aprovado.

Após o início da sessão ordinária, o vereador Edinho do Kemel informou que o documento encaminhado de forma digital à Câmara Municipal

carecia de formalização e inclusão de documentos físicos, o que impossibilitou a leitura do PL e conseqüentemente a sua inclusão na pauta, sendo arquivado pelo Presidente da Câmara, Vereador Diogo Pernoca, mesmo sob a insistência de alguns vereadores da base do governo que queriam a qualquer custo que ocorresse a apreciação do PL, inclusive dizendo que pediriam as documentações exigidas por e-mail, como foi o caso do Vereador Tio Deivão.

Com o PL sendo arquivado, os servidores presentes comemoraram mais uma vez, mas diante da atual conjuntura deliberaram por algumas ações e o estado de mobilização permanente para o enfrentamento a este ataque.

## **GOVERNO RECEBE ENTIDADES, RECUA, MAS AINDA MOSTRA INTRANSIGÊNCIA**

Antes da manifestação marcada, as cinco entidades representativas foram atendidas pelo governo,

ainda que de forma escalonada (dias diferentes), mas sem mostrar qualquer dado ou indicar a possibilidade de debate em conjunto com os servidores para uma possível saída para o enfrentamento da crise, reforçou seu argumento de que tais medidas eram necessárias para a manutenção dos serviços públicos.

Mesmo com os argumentos da diretoria da APEP de que a suspensão do vale alimentação traria enormes prejuízos, principalmente aos que tem menor referência salarial no quadro de funcionários da prefeitura, o Secretário de Administração, Marcos Borsari, sinalizou com a possibilidade de ofertar uma cesta básica aos servidores com referência de até R\$1800,00 em substituição a concessão do vale alimentação, proposta esta, rechaçada pela categoria, mas que já mostra um certo incômodo do governo com a mobilização e resistência dos servidores.

## **ENTIDADES PROTOCOLAM DOCUMENTO SOLICITANDO AUDIÊNCIA PÚBLICA ANTES DO PROJETO ENTRAR EM PAUTA**

Ainda antes da realização do ATO, as entidades protocolaram documento na casa de leis solicitando Audiência Pública para que o Governo debatesse o PL com os servidores e a população e o Presidente da Câmara Municipal, após o documento ter sido lido na sessão pelo Vereador Dr Saul, encaminhou o pedido para análise das comissões.

## **GOVERNO ENCAMINHA À CÂMARA MUNICIPAL O PL 26/2021 EM SUBSTITUIÇÃO AO PL 23/2021 E SOLICITA APRECIÇÃO DO PL EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Na tarde de hoje, 14/04/2021, a diretoria da APEP tomou conhecimento pelos canais de

comunicação da Câmara Municipal sobre o encaminhamento de documentação referente ao PL nº 26 em substituição ao PL nº 23. Sanando alguns apontamentos feitos na sessão que impediu a leitura do PL e incluindo o dispositivo para concessão de cesta básica o governo solicitou a apreciação do PL em sessão extraordinária.

**PEDIDO DAS ENTIDADES É  
ACATADO E AUDIÊNCIA  
PÚBLICA É MARCADA PARA  
DISCUSSÃO DO PL 26/2021**

Contrariando a solicitação do governo que pedia a apreciação do PL em sessão extraordinária, o Presidente da Comissão de Educação, Vereador Professor Rogério Mathias atendeu a solicitação das entidades sindicais e agendou Audiência Pública para a próxima sexta-feira, 16/04/2021, a partir das 18 horas para que o PL seja debatido entre executivo, legislativo, representantes dos

servidores e munícipes.

Mais uma vez a mobilização dos servidores foi e é fundamental, pois sem ela, certamente esse PL já teria sido pautado com grandes possibilidades de ser aprovado prejudicando os servidores e os serviços públicos da cidade.

Por isso devemos ficar em estado permanente de mobilização e dizer **NÃO** aos ataques aos servidores, que já estão se sacrificando com salários e adicionais congelados num momento de pandemia e alta de preços dos produtos mais básicos para sobrevivência.

**TODOS MOBILIZADOS!  
ENTIDADES UNIFICADAS  
Com ética compromisso e luta e em defesa  
dos nossos direitos e da vida!**

**À DIRETORIA  
PROF. FRANKLIN VALDEMAR DO  
NASCIMENTO  
Presidente**